

1º ANO DIREITO

**INTRODUÇÃO AO
ESTUDO DO
DIREITO**

UNIVERSIDADE LUSÍADA

1ª FREQUÊNCIA DE INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO - 28/01/2008

1º ANO – TURMAS A e PL

CURSOS DE DIREITO E DE SOLICITADORIA

I.

Responda às seguintes perguntas, fundamentando as suas res,

1. Distinga direito objectivo e direito subjectivo.
2. Explique o que é a analogia, refira as suas várias modalidades e os casos em que ela é proibida.
3. Qual é o papel do Presidente da República no processo de formação da lei?
4. Comente a seguinte frase: "Em Portugal não existem limites à admissibilidade de leis retroactivas."
5. Se, por força do artigo 9º nº 2 do Código Civil, o sentido efectivamente querido pelo legislador não puder ser considerado pelo intérprete, que tipo de interpretação deverá este último fazer?

II.

Suponha que a Lei X da Assembleia da República contém a seguinte norma:

"Os funcionários públicos da área da saúde têm direito a um seguro de saúde pago pelo Estado."

Imagine que surgiram dúvidas sobre a aplicabilidade da referida lei aos nutricionistas e psicólogos, tendo os Ministros da Saúde e dos Assuntos Sociais feito uma Portaria conjunta, onde se dizia que "a Lei X só se aplica aos médicos e enfermeiros, visto só estes correrem riscos que justificam a subscrição de um seguro de saúde."

a) Que tipo de interpretação quanto ao resultado foi feita pela referida portaria, quais os elementos da interpretação em que se baseou e qual a força de tal interpretação?

b) Essa Portaria é uma lei, seja em sentido formal ou em sentido material?

III.

Desenvolva o seguinte tema:

Os vários modos de cessação de vigência das leis.

1ª FREQUÊNCIA DE INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO

1º ANO - DEPARTAMENTO DE DIREITO - 24/01/2005

I.

Responda às seguintes perguntas, fundamentando sempre as suas respostas:

1. Diga, explicando-os, quais os elementos a ter em conta na interpretação da lei.
2. Distinga interpretação autêntica e oficial, quer no que respeita aos seus pressupostos quer no que respeita à sua força jurídica.
3. Explique o que é o raciocínio *a contrario sensu* e diga a que modalidade de interpretação ele corresponde.
4. Diga o que é um regulamento do Governo, explique qual é a sua função e refira as modalidades que conhece.
5. Distinga e relacione os conceitos de imperatividade, coercibilidade e sanção, esclarecendo se são exclusivos da ordem jurídica.

II.

O Decreto-Lei nº X, regulando o transporte de quaisquer materiais e produtos, foi publicado no dia 01/01/2005, nele se dizendo que entraria em vigor no dia 20/01/2005. Por sua vez, o Decreto-Lei nº Y, com soluções diferentes relativamente às mesmas matérias, foi publicado no dia 12/01/2005 e distribuído no dia 14/01/2005, nada dizendo acerca da data da sua entrada em vigor.

- a) Qual é a data da entrada em vigor do Decreto-Lei nº Y?
- b) Admitindo que em nenhum dos decretos-leis se utiliza a palavra revogação nem se faz qualquer alusão ao outro diploma, pretende-se saber se hoje (dia 24/01/2005) estão os dois decretos-leis em vigor ou apenas um deles.
- c) A sua resposta seria a mesma se o Decreto-Lei nº X regulasse apenas o transporte de combustíveis?

III.

Desenvolva apenas 1 dos 2 seguintes temas:

A) Diga como é que se reparte a competência legislativa em Portugal e explique as várias fases da formação de uma lei.

B) Distinga uso e costume, refira as modalidades de uso e de costume que conhece, pronuncie-se acerca da sua força jurídica e diga se são fontes do Direito em Portugal.



INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO

Prova de Exame e 2ª Chamada de Frequência

Todas as respostas devem ser justificadas. Sempre que possível deve ser indicada a respectiva base legal. Para as disposições indicadas nas aulas, considere o artigo 875º CC

I

1. As bases do sistema de ensino é matéria que integra a reserva de competência absoluta da AR. O que é que isso significa? Distinga a reserva de competência absoluta da reserva de competência relativa
2. Se o Governo entender que um determinado juiz toma decisões sistemáticas contra os interesses "do Governo e do País", pode destituir esse juiz?
3. Comente a seguinte afirmação: "Uma lei em sentido formal pode não o ser em sentido material".
4. Qual tem mais valor: uma Lei ou um Decreto-Lei. Justifique a resposta.
5. Diga o que são fontes de Direito em sentido técnico-jurídico, e explique a definição dada.
6. Não obstante o artigo 2º da Constituição afirmar que a "República Portuguesa é um Estado de direito democrático", há quem entenda que na realidade somos um Estado Social de Direito. Quem tem razão?
7. O que é o elemento teleológico na interpretação de normas
8. Distinga a interpretação extensiva da analogia
9. Segundo Bodin, a soberania é definida como "o poder que não tem igual na ordem interna, nem superior na ordem externa". O que é que o autor quis dizer com aquela afirmação?

II

"O Direito não é a única ordem normativa, o único conjunto organizado ou sistematizado de normas. Há outras que se caracterizam por diferentes modos"

Castro Mendes, *Introdução ao Estudo do Direito*

- a) Refira outras ordens normativas
- b) Explique as relações que se estabelecem entre a Ordem Jurídica e as outras ordens normativas

III

A empresa de eventos Luxnova, Lda. alugou à empresa Luavelha SA, uma tenda para uma exposição dos novos produtos desta empresa, tendo para o efeito sido estipulado que o aluguer teria a duração de um mês e que o preço a pagar pela Luavelha SA seria de 20 000 €.

Identifique os elementos da relação jurídica estabelecida entre aquelas duas empresas e explique se o direito que a empresa Luxnova, Lda. tem de receber da empresa Luavelha SA o preço estipulado é um Direito subjectivo propriamente dito ou um Direito potestativo.

~~FREQUÊNCIA~~

INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO

05.12.2007

I

Responda a 5 das seguintes perguntas:

1. Distinga as normas sociais das normas jurídicas.
2. Diga como define equidade e o seu valor jurídico.
3. Distinga usos e costumes.
4. Fale das formas de interpretação quanto ao resultado.
5. Distinga acto jurídico de facto jurídico e dê exemplos.
6. Diga qual o princípio vigente no nosso ordenamento jurídico quanto à aplicação da lei no tempo e explique de modo sucinto.

II

Comente a seguinte frase:

A lei é diferente para cá e para lá dos Pirinéus.

III

Resolva o seguinte caso prático:

O dono de um rebanho de 280 ovelhas, ao tomar conhecimento de que o cão do seu vizinho, um poderoso lobo de Alsácia, vinha penetrando no interior do terreno onde o rebanho se encontrava, e aí matara vários animais, mune-se de uma espingarda caçadeira e, dando conta que o cão abocanhara um borrego, levando-o preso pelo pescoço, vai em sua perseguição e mata-o com um tiro.

Diga se o dono do rebanho agiu lícitamente.

INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO

Prova de Exame

Todas as respostas devem ser justificadas. Sempre que possível deve ser indicada a respectiva base legal.

I

1. As bases do sistema de ensino é matéria que integra a reserva de competência absoluta da AR. O que é que isso significa? Distinga a reserva de competência absoluta da reserva de competência relativa
2. Se o Governo entender que um determinado juiz toma decisões sistemáticas contra os interesses "do Governo e do País", pode destituir esse juiz?
3. Comente a seguinte afirmação: *"Uma lei em sentido formal pode não o ser em sentido material"*.
4. Qual tem mais valor: uma Lei ou um Decreto-Lei. Justifique a resposta.
5. Diga o que são fontes de Direito em sentido técnico-jurídico, e explique a definição dada.
6. Não obstante o artigo 2º da Constituição afirmar que a *"República Portuguesa é um Estado de direito democrático"*, há quem entenda que na realidade somos um Estado Social de Direito. Quem tem razão?
7. O que é o elemento teleológico na interpretação de normas
8. Distinga a interpretação extensiva da analogia
9. Segundo Bodin, a soberania é definida como *"o poder que não tem igual na ordem interna, nem superior na ordem externa"*. O que é que o autor quis dizer com aquela afirmação?

II

"O Direito não é a única ordem normativa, o único conjunto organizado ou sistematizado de normas. Há outras que se caracterizam por diferentes modos"

Castro Mendes, *Introdução ao Estudo do Direito*

- a) Refira outras ordens normativas
- b) Explique as relações que se estabelecem entre a Ordem Jurídica e as outras ordens normativas

III

A empresa de eventos Luxnova, Lda. alugou à empresa Luavelha SA, uma tenda para uma exposição dos novos produtos desta empresa, tendo para o efeito sido estipulado que o aluguer teria a duração de um mês e que o preço a pagar pela Luavelha SA seria de 20 000 €.

Identifique os elementos da relação jurídica estabelecida entre aquelas duas empresas e explique se o direito que a empresa Luxnova, Lda. tem de receber da empresa Luavelha SA o preço estipulado é um Direito subjectivo propriamente dito ou um Direito potestativo.



UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA
Faculdade de Direito
Introdução ao Estudo do Direito
EXAME FINAL – segunda época
Dia 1 de Setembro de 2008 – 14.00 horas

I

Hipótese

O Senhor Albertino é proprietário de uma quinta, na qual se dedica à criação de galos de raça, mantendo para o efeito instalações apropriadas, com todas as condições higiénicas e térmicas, propícias ao desenvolvimento e reprodução de tais espécies.

No corrente mês de Agosto, mais precisamente no dia 13, Chegaram a Portugal 4 galos que Albertino havia comprado num certame internacional em Taiwan, realizado a 30 de Julho de 2008 e que, por razões burocráticas relacionadas com a exportação de aves de raça, foram enviados para Portugal no dia 11 de Agosto.

Acontece que, por razões de ordem sanitária, relacionadas com a suspeita de um novo foco de gripe das Aves, o Governo fez aprovar no dia 4 de Agosto um Decreto-Lei proibindo a importação de aves destinadas a consumo alimentar. Esse Decreto-Lei veio a ser publicado no dia 8 de Agosto, nele nada se dizendo quanto ao momento da sua entrada em vigor e constando apenas de um artigo único, precedido dos respectivos fundamentos, com a seguinte redacção:

Decreto-lei n° 8888/2008, de 8 de Agosto

Considerando o novo surto de gripe das aves tipo XPTO, que se tem vindo a verificar em certos países da Ásia Oriental, designadamente na República Popular da China e na Coreia do Norte e a forte possibilidade de transmissão e propagação de tal doença pelo ser humano através do consumo alimentar, por razões de ordem sanitária e tendo em vista a defesa da saúde pública, o Governo, no âmbito das competências que lhe são conferidas pela Constituição da República Portuguesa, decreta o seguinte:

Artigo único

Enquanto não estiver garantido, pela Direcção Geral de Saúde, o despiste da gripe das aves tipo XPTO, é proibida a importação de aves destinadas a consumo alimentar.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 4 de Agosto de 2008

Promulgado em 6 de Agosto
O Presidente da República – Publique-se

Referendado pelo Governo em 7 de Agosto de 2008

Albertino, ao dirigir-se à Alfandega para levantar as aves que havia importado, logo é informado pelos respectivos serviços de que, devido à entrada em vigor do Decreto-lei nº 8888/2008, de 8 de Agosto, não lhe será possível levantar as ditas aves, que terão de ficar de quarentena e, provavelmente, virem a ser abatidas.

Albertino, não se conformando com a situação, entende que o Decreto-lei em causa não se aplica neste caso concreto, argumentando, quer quanto à vigência da lei, quer quanto à sua interpretação, invocando que, por não se tratarem de aves destinadas a consumo alimentar, não estão nele abrangidas. Porém, os serviços alfandegários entendem que sim, que o DL se aplica a todas as aves, invocando ser essa a interpretação oficial e, portanto, vinculativa.

Considerando os dados descritos na hipótese, responda às seguintes questões, fundamentando:

1. Tendo em atenção os critérios de aplicação da lei no tempo, vigência e cessação da vigência da lei, o presente DL é ou não aplicável à situação descrita?
2. Interprete a norma em causa e identifique o tipo de interpretação quanto ao resultando a que chegou, identificando e definindo os elementos a ter em conta na interpretação da lei.
3. Que tipo de interpretação quanto ao resultado fazem os serviços alfandegários e qual o valor dessa interpretação?
4. Imagine que hoje, dia 1 de Setembro, a Direcção Geral de Saúde faz saber, através de uma nota informativa, que o problema da gripe das aves XPTO, está completamente resolvido, não mais se justificando as medidas restritivas que haviam sido tomadas pelo Governo através do DL n. 8888/2008. *Quid juris* quanto à vigência deste diploma?
5. Considerado os vários actos correspondentes ao processo legislativo, identifique-os no presente diploma, definindo-os.
6. Identifique na norma em apreço os seus elementos estruturais.

II

Desenvolva o tema

O Costume e a Lei no Direito Português actual.

UNIVERSIDADE LUSÍADA

EXAME FINAL DE INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO

1º ANO TURMAS A e PL 15/02/08

I (6 valores)

Responda às seguintes perguntas, fundamentando sempre as suas respostas:

1. Distinga interpretação extensiva, interpretação declarativa lata e analogia.
2. Distinga uso e costume e compare-os quanto à sua força jurídica.
3. Explique o que é a interpretação enunciativa e descreva os processos mediante os quais ela pode ser feita.

II (6 valores)

1. A Lei X foi publicada no dia 12 de Fevereiro sem indicar a data da sua entrada em vigor. Esta Lei X revoga a Lei Y. Diga em que data a Lei Y cessa a sua vigência, referindo-se às diferentes modalidades de revogação.
2. **Comente a seguinte situação, fundamentando devidamente a resposta.**

Idalécio propôs uma acção judicial contra Felizberta, fundamentando a sua pretensão em determinado preceito legislativo. O Juiz, após analisar a questão que lhe fora submetida, considerou que, naquele caso, a aplicação do preceito invocado conduziria a uma solução injusta, julgando, por isso, a acção improcedente

III. (8 valores)

Ambrósio vive num 1º andar do condomínio da Quinta do Alambique. O seu vizinho do Rés-do-chão, **Barata**, que tem um magnífico terraço mesmo por debaixo da janela do quarto do Senhor Ambrósio, decidiu ali instalar dois cães de raça "leão da rodésia", bastante valiosos.

Passados alguns dias, incomodado com o barulho dos cães durante a noite, **Ambrósio** confrontou **Barata**, intimando-o a retirar dali os animais, invocando o incómodo que estes lhe causavam durante a noite, impossibilitando-o de dormir, ao que **Barata** respondeu, afirmando que jamais retiraria os cães, que o terraço era propriedade sua e que nada na lei o impedia de ali ter os animais, dizendo ainda, em tom provocador, que se **Ambrósio** tinha problemas de sono deveria tomar comprimidos para dormir.

A vida de **Ambrósio** e de **Barata** assim se manteve por mais alguns tempos, até que, no passado dia 8, é publicada uma lei proibindo a existência de cães perigosos em prédios urbanos. Nesse mesmo dia 8, **Ambrósio** dirige-se a **Barata**, dizendo-lhe que tem de retirar imediatamente os cães daquele local, invocando para o efeito esta nova lei e entregando-lhe, inclusivamente, uma cópia da mesma. **Barata**, porém, argumenta que esta lei ainda nem sequer está em vigor e que os seus cães, apesar do porte, não são perigosos, invocando ainda que, de qualquer modo, esta lei vem apenas impor tal proibição para o futuro, não se aplicando àqueles que, antes da sua entrada em vigor, já possuíam cães em casa.

Convencido da sua razão e do seu direito ao descanso, **Ambrósio**, após uma noite de insónia devido ao barulho dos cães, resolveu, no passado dia 13, pôr fim à situação, atirando para o terraço vários pedaços de carne envenenada que, tendo sido ingerida pelos cães, acabou por lhes pôr fim à vida. Entretanto, ontem, dia 14, sabendo da autoria de tal acto por parte de **Ambrósio**, **Barata** decidiu confrontá-lo com a situação, deferindo-lhe dois violentos socos, justificando tal acto com a defesa legítima da sua propriedade. *Quid juris?*

INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO

22 de Novembro de 2006 – 10.00 Horas

I

Responda sucintamente às seguintes questões:

1. Diga o que entende por lei interpretativa;
2. Contraponha os conceitos de Direito Positivo e de Direito Natural
3. Identifique, defina e caracterize as várias formas de cessação da vigência da lei.
4. Distinga Direito objectivo e Direito subjectivo;
5. Diga quais as realidades jurídicas que podem ser objecto mediato de uma relação jurídica.

(10 valores)

II

António propôs uma acção judicial contra Bento, fundando a sua pretensão em determinado preceito legislativo.

O Juiz declarou que a aplicação desse preceito conduziria, na hipótese concreta, a uma solução injusta e que por isso o afastava, julgando a acção improcedente.

Diga se concorda com a argumentação do Juiz, fundamentando a sua resposta.

(6 valores)

III

Desenvolva um dos seguintes temas:

1. O Princípio da irretroactividade da lei. As diferentes teorias em jogo e a solução preconizada.
2. As normas jurídicas: estrutura, características e classificações.

(4 valores)



UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

TESTE DE FREQUÊNCIA – INTRODUÇÃO AO DIREITO

01 de Fevereiro de 2007

I

1. Distinga negócio usurário de incapacidade accidental? Dê exemplos. (2 vals.)
2. A inobservância da forma legalmente prescrita para a celebração do contrato tem alguma consequência? Qual e porquê? (2 vals.)
3. É possível agredir uma pessoa no preciso momento em que está a roubar uma pessoa de idade? (2 vals.)
4. O governo pode legislar em matéria de direito à greve? (2 vals.)
5. Um Decreto-Lei pode revogar uma Lei? Justifique. (2 vals.)
6. Indique as Instituições Comunitárias e diga, justificando, qual é, a seu ver, a mais importante. (2 vals.)
7. Diga o que entende por interpretação restritiva. Dê um exemplo (2 vals.)
8. Pode o juiz criar uma norma jurídica para resolver determinado litígio? (2 vals.)

II

Comente o seguinte texto:

" Não nos restam dúvidas de que o Direito do Trabalho deve continuar a ser pensado sobretudo por referência a trabalhadores que se encontram em situação negocial débil ou mesmo muito débil. A relação de trabalho é, e não deixará de o ser com o Código do Trabalho, uma relação de poder."

(Albino Mendes Baptista, *Estudos sobre o Código do Trabalho*, 2.^a ed., Coimbra Editora, 2006, p. 101) (4 vals.)

O professor,
Albino Mendes Baptista



UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

EXAME FINAL – INTRODUÇÃO AO DIREITO

16 de Fevereiro de 2007

Importante: As respostas devem ser sempre fundamentadas com indicação das normas legais pertinentes, mas sem as reproduzir.

I

1. O governo pode legislar em matéria penal? (2,5 vals.)
2. A cessação da vigência das leis dá-se automaticamente? (2,5 vals.)
3. Explique o conteúdo do art.º 205.º do Tratado CE. (2,5 vals.)
4. Distinga a interpretação declarativa da interpretação enunciativa. Dê exemplos (2,5 vals.)
5. A lei tem efeito repristinatório? (2,5 vals.)
6. O representante legal do menor pode anular um negócio jurídico celebrado pelo seu representado que para celebrar o acto se fez passar por maior? (2,5 vals.)

II

Comente o seguinte texto:

“Julgo, por exemplo, que o legislador ordinário não quis, procedendo a uma *certa leitura do texto constitucional*, que o contrato a termo fosse desligado da satisfação de necessidades temporárias ou transitórias da empresa”. (ALBINO MENDES BAPTISTA, *Estudos sobre o Código do Trabalho*, 2.^a edição, Coimbra Editora, 2006, pp. 136-137). (5 vals.)

O professor,

Albino Mendes Baptista

FUNDAÇÃO MINERVA • CULTURA • ENSINO E INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA

Rua da Junqueira, 188 a 198 - 1349-001 Lisboa - Tel: +351 213 611 500 - Fax: +351 213 611 507 e-mail: info@lis.lusliada.pt • <http://www.lis.lusliada.pt>

INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO
REGIME B
CURSOS DE DIREITO E SOLICITADORIA
16-02-2007

I

Suponha que em 5/01/2007, foi publicada uma lei que veio baixar a taxa de juro máxima de 15% para 10%.

António que havia celebrado com **Bernardo** um contrato de mútuo (contrato pelo qual uma das partes empresta à outra dinheiro ou outra coisa fungível, ficando a segunda obrigada a restituir outro tanto do mesmo género e qualidade) em 5/11/2006, para o qual foi acordada a taxa de juro de 14%, pretende saber se este contrato é abrangido pela nova lei.

a) Pode **Bernardo** exigir a aplicação da nova lei ao referido contrato?

b) Suponha agora que aquela nova lei se declarava aplicável a todos os contratos celebrados na vigência da lei antiga, quer as dívidas deles resultantes já tivessem sido pagas quer não, e independentemente das circunstâncias em que tenham sido pagas.

Que grau de retroactividade possuirá tal lei?

(5 valores)

II

Responda sucinta mas fundamentadamente às seguintes questões:

1. Diga o que entende por lei interpretativa.
2. Explique o que é a interpretação enunciativa e descreva os processos mediante os quais ela pode ser feita.
3. Diga o que entende por *vacatio legis* e qual o seu regime legal.
4. Defina repristinação e diga se a mesma é admissível no direito português.
5. Diga se, em sua opinião, as normas jurídicas especiais e normas jurídicas excepcionais são coincidentes e, em caso negativo, como se distinguem.

(10 valores)

III

Desenvolva a seguinte questão:

Cessação da lei: que modalidades pode revestir; que particularidades oferecem essas modalidades.

(5 valores)

UNIVERSIDADE LUSÍADA
EXAME DE INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO – 01/
1º ANO – TURMA PL
CURSOS DE DIREITO E DE SOLICITADORIA

I.

Responda às seguintes perguntas, fundamentando as suas respostas:

1. Refira e explique os vários elementos da interpretação da lei.
2. Dê a noção jurídica de lacuna e explique os seus diversos modos de integração.
3. Distinga interpretação autêntica e oficial, quer no que respeita aos seus pressupostos quer no que respeita à sua força jurídica.
4. Como é que em Portugal é repartida a competência legislativa?
5. A retroactividade das leis é permitida no ordenamento jurídico português?

II.

A viu dentro de um automóvel pertencente a B uma coisa que este poucos dias antes lhe furtara. Dominando B pela força, A arrombou a porta do carro e apossou-se da coisa que lhe pertencia. Foi então que interveio em auxílio de B um seu amigo C que por acaso ia a passar na rua. Para escapar à perseguição de B e de C que pretendiam tirar-lhe a coisa e agredi-lo, A fugiu apoderando-se de uma moto pertencente a um sujeito D que nada tinha a ver com o sucedido.

Analise as condutas de A, B e C.

III.

Desenvolva o seguinte tema:

Os vários modos de cessação de vigência das leis.



UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA
EXAME FINAL – INTRODUÇÃO AO DIREITO

31 de Agosto de 2007

Importante: As respostas devem ser sempre fundamentadas com indicação das normas legais pertinentes, mas sem as reproduzir.

I

1. O governo pode legislar em matéria de ensino? (2,5 vals.)
2. Lei geral revoga lei especial? (2,5 vals.)
3. Indique as Instituições Comunitárias e diga, justificando, qual é, a seu ver, a mais importante. (2,5 vals.)
4. Diga o que entende por interpretação extensiva. Dê um exemplo (2,5 vals.)
5. Um Decreto-Lei pode revogar uma Lei? (2,5 vals.)
6. Distinga negócio usurário de incapacidade accidental? Dê exemplos. (2,5 vals.)

II

Comente o seguinte texto:

“Não nos restam dúvidas de que o Direito do Trabalho deve continuar a ser pensado sobretudo por referência a trabalhadores que se encontram em situação negocial débil ou mesmo muito débil. A relação de trabalho é, e não deixará de o ser com o Código do Trabalho, uma relação de poder.”

(Albino Mendes Baptista, *Estudos sobre o Código do Trabalho*, 2.^a edição, Coimbra Editora, 2006, p. 101). (5 vals.)

O professor,
Albino Mendes Baptista

INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO

EXAME FINAL
16 DE FEVEREIRO DE 2007

I

1. Distinga Estado de Direito e Estado Social de Direito.
2. Indique os elementos do Estado e defina-os.
3. Indique quais os fins do Direito, explicitando-os.
4. Distinga lei em sentido Formal e Lei em sentido Material.
5. Identifique os três elementos da norma jurídica e defina-os.

Cotação total do I grupo: 7,5 valores.

II

Leia com atenção os seguintes artigos do Código Civil: Artº 562 e 566.

Atendendo ao disposto nos artigos referidos, considere a seguinte situação:

Maria, jovem arquitecta, recebeu em Testamento, um andar num prédio, situado num bairro antigo de Lisboa.

Estava o andar em mau estado de conservação, Maria decidiu fazer as obras de restauro. Demoliu uma parede interior. Aconteceu que essa demolição causou estragos no andar superior, pertencente a António, abrindo brechas nas paredes revestidas com azulejos antigos, de que decorreram prejuízos no valor de 4000 euros.

António exigiu a Maria a reparação das paredes, a reposição dos azulejos iguais ou, na sua impossibilidade, o pagamento de uma indemnização no valor de 4000 euros.

Quid Juris?

Cotação 7 valores.

III

Leia com atenção o tema proposto e desenvolva-o.

O Presidente da República pode e deve exercer uma magistratura de influência no sentido que considere mais adequado aos interesses do País. O Presidente da República deve ao Governo, seja qual for a sua natureza, uma cooperação institucional. No entanto, ela é indissociável da plena assunção das responsabilidades inerentes ao mandato que recebeu dos eleitores, tendo em conta o interesse público e a defesa dos princípios constitucionais. A dissolução da Assembleia da República e a consequente queda do Governo só deve ocorrer quando o Parlamento se mostre incapaz de gerar soluções governativas estáveis.

Jorge Sampaio, 17/01/2007

Analise o texto relacionando-o com os aspectos que aprendeu sobre os Órgãos de Soberania.

Cotação 5,5 valores

BOA SORTE!

INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO

DIREITO / SOLICITADORIA

EXAME FINAL - segunda época

Dia 1 de Setembro de 2007 – 9.00 horas

Responda sucintamente às seguintes questões:

1. Diga o que entende por lei interpretativa;
2. Distinga interpretação autêntica e oficial, quer no que respeita aos seus pressupostos quer no que respeita à sua força jurídica.
- ×3. Contraponha os conceitos de Direito Positivo e de Direito Natural
4. Identifique, defina e caracterize as várias formas de cessação da vigência da lei.
5. Distinga Direito objectivo e Direito subjectivo;
(8 valores)

II

Suponha que o regime legal em matéria de concessão de crédito para aquisição de computadores estabelece:

- a) Que só pode ser concedido crédito para aquisição de computadores com preço inferior a 2000 euros;
- b) Que o prazo de reembolso dos referidos empréstimos não pode ser superior a cinco anos;
- c) Que a taxa de juro aplicável é de 4,5%.

Ontem, dia 31 de Agosto, foi publicado um Decreto-lei fixando um novo regime legal sobre esta matéria, determinando o seguinte:

- a) Que, atendendo à constante diminuição dos preços dos equipamentos informáticos, apenas pode ser concedido crédito para aquisição de computadores de valor inferior a 1500 euros;
- b) Que o prazo de reembolso dos ditos empréstimos não pode exceder trinta e seis meses;

c) Que a taxa de juro aplicável passa a ser de 6%;

d) Que o novo regime legal se aplica aos contratos em execução à data da sua entrada em vigor, na medida em que tal seja compatível com os princípios gerais relativos à aplicação da lei no tempo.

Adérito adquiriu há três anos um computador que lhe custou 1850 euros, contraindo para o efeito um empréstimo bancário deste montante, que ainda se encontra a pagar e quer saber em que medida o novo regime legal poderá afectar a sua situação.

Resolvida a questão anterior, imagine que Adérito pagaria a última prestação ao banco no próximo dia 5 de Setembro. Quid iuris?

(8 valores)

III

Desenvolva um dos seguintes temas:

1. Distinga uso e costume, refira as modalidades de uso e de costume que conhece, pronuncie-se acerca da sua força jurídica e diga se são fontes do Direito em Portugal.
2. As normas jurídicas: estrutura, características e classificações.

(4 valores)